

Suspenso repasse de verbas para 123 municípios

Prefeituras têm até o dia 30 para prestar contas sobre dinheiro recebido do Piso de Atenção Básica

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O Ministério da Saúde suspendeu o repasse de recursos do Piso de Atenção Básica (PAB) de 123 municípios, de 16 Estados. Eles devem, há 90 dias, informações ao governo federal sobre o que estão fazendo com o dinheiro, transferido para a execução de serviços básicos de saúde. Caso não enviem os dados até o dia 30, ficarão sem receber as parcelas mensais, que, somadas, atingem R\$ 1,7 milhão. Por ano, o ministério transfere a esses municípios R\$ 21 milhões. A partir de ago-

ra, todos os 5.131 municípios habilitados ao PAB terão de cumprir metas de melhoria de um grupo de 17 indicadores de saúde, sob a pena de perderem a autonomia na gestão de recursos para a atenção básica da população.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, os municípios devem mensalmente controlar informações dos serviços realizados com o dinheiro do PAB e, a cada três meses, alimentar o sistema de dados do Ministério da Saúde. Os 123 municípios que estão em atraso são do Piauí, Ceará, Goiás, Tocantins, Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Ge-

rais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os recursos do PAB – o equivalente a R\$ 10,00 por habitante/ano – são repassados pelo ministério aos municípios habilitados no dia 10 de cada mês. O próximo pagamento seria feito em 10 de maio.

Prazo – “Os recursos ficarão aqui no ministério, mas não podemos continuar passando o dinheiro sem saber o que está sendo feito”, disse o ministro José Serra. Segundo Barjas Negri, os municípios ainda têm tempo para mandar as informa-

ções. Caso não façam até o dia 30, o repasse não poderá mais ser efetuado até o dia 10 do próximo mês e a prefeitura poderá receber o valor atrasado. Se o município simplesmente deixar de informar, o Estado pode passar a administrar os recursos da saúde da cidade, que perde a autonomia da gestão. Serra disse que os Estados também têm sua parcela de responsabilidade, pois deveriam ter auditado esses municípios em atraso com as informações.

O ministério baixou portaria instituindo 17 indicadores de saúde – entre os quais taxas de gravidez na adolescência, de mortalidade infantil e de vacinação de menores de 1 ano de idade – que deverão estar incluídos nos Termos de Compromisso que Estados e municípios habilitados ao PAB deverão assinar até 30 de junho.

VERBA
CHEGA
A R\$ 1,7
MILHÃO